

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO

DESPACHO DA REITORA  
DE 12.12.2025

**PROCESSO Nº SEI-260009/005271/2022 - FICA** o servidor, abaixo mencionado, enquadrado, de acordo com avaliação do processo de progressão diferenciada, realizada pela Comissão Central de Carreira Técnico Administrativa, aprovada pelo Conselho Universitário em 12/12/2025, conforme Lei nº 4.800/2006 e Portaria Reitoria nº 009/2008.

NOME	ID FUNCIONAL Nº	CARGO	NÍVEL/FAIXA/PADRÃO ATUAL	NÍVEL/FAIXA/PADRÃO FUTURO	A PARTIR DE
Silvio Jose Elia Galvão	1933638-1	Profissional de Nível Superior	D-XII-5	D-XIII-5	15/08/2022

Id: 2701568

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATO DA PRESIDENTE

RESOLUÇÃO UENF/CONSUNI Nº 62  
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

CRIA O PARQUE TECNOLÓGICO AGROPE-  
CUÁRIO DA UENF (PARTEC AGRO) E APRO-  
VA O SEU REGULAMENTO INTERNO.

A PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, con-feridas pelo art. 15, inciso V, do Estatuto da UENF, e

CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 207 da Constituição Federal, que assegura a au-tonomia universitária;

- o art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 99, de 23 de outubro de 2001, que confere à UENF autonomia administrativa e de gestão pa-trimonial, bem como a competência para prestar serviços técnicos à comunidade e a instituições públicas ou privadas;

- o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, instituído pela Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, bem como a Lei Es-tadual nº 5.361, de 6 de janeiro de 2008;

- a necessidade de segregar as competências normativas das ope-rationais, garantindo segurança jurídica e eficiência administrativa, e

- o constante dos autos do Processo nº SEI-260002/008699/2025,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica criado, na estrutura administrativa da UENF, vinculado à Reitoria, o Parque Tecnológico Agropecuário (PARTEC Agro), ambien-te de inovação destinado a promover o empreendedorismo, a trans-ferência de tecnologia e a pesquisa aplicada ao setor agropecuário.

**Art. 2º** - Fica aprovado o Regulamento Interno do PARTEC Agro, constante no Anexo Único desta Resolução, que estabelece a estru-tura de governança, as competências e as diretrizes gerais de fun-cionamento.

**Art. 3º** - A Reitoria da UENF baixará atos normativos complementares para disciplinar os aspectos operacionais do PARTEC Agro, tais como horários de funcionamento, controle de acesso, normas de segurança patrimonial e fluxo de trânsito, observadas as diretrizes do Regula-mento anexo.

**Art. 4º** - A ocupação de espaços físicos e a utilização de laboratórios por pessoas jurídicas de direito privado dar-se-ão a título oneroso, for-malizadas mediante instrumentos jurídicos adequados à natureza da ocupação, tais como permissão de uso, cessão de uso ou acordos de parceria, respeitados os princípios da Administração Pública.

**Art. 5º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publica-ção.

Campos dos Goytacazes, 12 de dezembro de 2025

ROSANA RODRIGUES  
Presidente do Conselho Universitário

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO INTERNO DO PARQUE TECNOLÓGICO AGROPE-  
CUÁRIO DA UENF (PARTEC AGRO)

CAPÍTULO I  
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - O PARTEC Agro é um ambiente promotor de inovação da UENF, constituído como órgão suplementar vinculado à Reitoria, com a missão de integrar a pesquisa acadêmica ao setor produtivo agro-pecuário.

Art. 2º - São objetivos do PARTEC Agro:

I - fomentar a criação e consolidação de empresas de base tecnol-ógica (startups) no setor agropecuário;

II - promover a transferência de tecnologia entre a UENF e o mer-cado;

III - oferecer infraestrutura especializada para Pesquisa, Desenvolvi-mento e Inovação (PD&I);

IV - estimular a cultura do empreendedorismo na comunidade acadê-mica.

CAPÍTULO II  
DA ESTRUTURA E GOVERNANÇA

Art. 3º - A estrutura de governança do PARTEC Agro é composta pe-los seguintes órgãos:

I - Conselho Estratégico, órgão consultivo e de orientação superior;

II - Coordenação Executiva, órgão de direção e gestão administrativa.

SEÇÃO I  
DO CONSELHO ESTRATÉGICO

Art. 4º - O Conselho Estratégico tem por finalidade propor diretrizes para a política de inovação do Parque e avaliar seu desempenho glo-bal.

Art. 5º - O Conselho Estratégico será composto por:

I - Reitor da UENF, que o presidirá;

II - Diretor da Agência de Inovação da UENF ou autoridade equiva-lente responsável pela Inovação;

III - um representante de cada Centro da UENF, indicado pelos res-pectivos Conselhos de Centro;

IV - um representante das empresas residentes, eleito por seus pa-res;

V - um representante do setor produtivo agropecuário regional, con-vidado pela Reitoria.

§ 1º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e, ex-traordinariamente, quando convocado pelo Presidente.

§ 2º - Compete ao Conselho Estratégico opinar sobre o plano anual de atividades e sugerir alterações neste Regulamento, a serem sub-metidas ao Conselho Universitário.

SEÇÃO II  
DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Art. 6º - A Coordenação Executiva do Partec será atribuição da Di-retoria da Agência de Inovação, responsável pela gestão diária, fis-calização contratual e operacionalização das atividades do Parque.

CAPÍTULO III  
DA SELEÇÃO E PERMANÊNCIA DE EMPRESAS

Art. 7º - O ingresso de empresas, startups e demais instituições no PARTEC Agro dar-se-á mediante processo seletivo público, regido por edital específico, observados os princípios da publicidade, impessoa-lidade e isonomia.

§ 1º - O edital de seleção será elaborado pela Coordenação Exec-u-tiva e aprovado pela Reitoria, devendo conter, minimamente:

I - os critérios objetivos de qualificação técnica e viabilidade econô-mica;

II - o grau de inovatividade e o impacto tecnológico para o setor agro-pecuário;

III - a exigência de regularidade fiscal e jurídica da proponente;

IV - os valores de referência para as contrapartidas financeiras ou preços públicos.

§ 2º - É vedado o ingresso de empresas cujo objeto social ou ati-vidades sejam incompatíveis com a missão institucional da UENF ou que ofereçam riscos à segurança e à integridade patrimonial do Cam-pus.

Art. 8º - A permanência das empresas residentes no PARTEC Agro terá prazo determinado, definido no instrumento contratual, podendo ser renovado mediante avaliação de desempenho favorável e interes-se da Administração.

Art. 9º - As empresas residentes serão submetidas à avaliação pe-riódica pela Coordenação Executiva, que verificará:

I - o cumprimento das metas de inovação estabelecidas no plano de trabalho;

II - a efetiva interação com a comunidade acadêmica da UENF;

III - a adimplência com as obrigações contratuais e financeiras.

CAPÍTULO IV  
DA GESTÃO PATRIMONIAL E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 10 - A ocupação dos espaços físicos do PARTEC Agro configura uso privativo de bem público e será formalizada através dos seguintes instrumentos jurídicos, conforme a natureza da ocupação:

I - Termo de Permissão de Uso, para utilização de espaços compari-tlhados, salas de reunião, auditórios ou laboratórios em caráter rota-tivo, precário e de curta duração;

II - Contrato de Cessão de Uso Onerosa, para ocupação de salas, módulos ou áreas exclusivas por empresas residentes, com prazo de-terminado;

III - Acordo de Parceria para PD&I, quando o uso do espaço físico for acessório à execução de projeto conjunto de pesquisa com a UENF, nos termos da Lei nº 10.973, de 2004.

Art. 11 - A utilização dos espaços e serviços do PARTEC Agro será remunerada pelos usuários mediante o pagamento de preço público ou contrapartida financeira, fixados em tabela própria aprovada pela Reitoria ou definidos em edital.

§ 1º - O valor do preço público levará em conta os custos de ma-nutenção, a depreciação dos bens e o valor de mercado para imóveis com infraestrutura tecnológica similar.

§ 2º - Poderá haver previsão de carência ou valores subsidiados para startups em fase inicial de incubação, desde que devidamente funda-mentado no interesse público de fomento à inovação.

Art. 12 - Os recursos financeiros arrecadados pelo PARTEC Agro constituem receita própria da UENF ou de sua Fundação de Apoio credenciada, devendo observar o princípio da unidade de tesouraria.

Parágrafo Único - Os recursos mencionados no caput serão destina-dos prioritariamente ao custeio, manutenção, modernização e amplia-ção da infraestrutura do próprio PARTEC Agro, garantindo sua sus-tentabilidade operacional.

CAPÍTULO V  
DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 13 - São deveres das empresas residentes e demais usuários:

I - utilizar os bens e espaços públicos exclusivamente para as fina-lidades previstas no contrato, sendo vedado o desvio de finalidade;

II - zelar pela conservação do patrimônio, respondendo solidariamen-te por quaisquer danos causados à UENF ou a terceiros;

III - respeitar as normas de segurança, controle de acesso e convi-vência estabelecidas pela Reitoria e pela Coordenação Executiva;

IV - manter a regularidade fiscal e o pagamento em dia das contra-partidas financeiras.

Art. 14 - São direitos dos usuários, condicionados à adimplência con-tratual:

I - acesso à infraestrutura física e lógica contratada;

II - utilização do endereço do PARTEC Agro como referência comer-cial, conforme regras do contrato;

III - participação nas ações de networking, capacitação e eventos pro-movidos pelo Parque.

CAPÍTULO VI  
DO REGIME DISCIPLINAR E DAS PENALIDADES

Art. 15 - O descumprimento das normas estabelecidas neste Regu-lamento, nas Portarias da Reitoria ou nas cláusulas contratuais sujei-tará os infratores a sanções administrativas, civis e penais, assegu-rados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 16 - As infrações cometidas por pessoas jurídicas, tais como em-presas residentes, parceiras ou startups (incluindo seus sócios, em-pregados ou colaboradores), serão apuradas pela Coordenação Exe-cutiva e sujeitarão a empresa infratora às seguintes penalidades, gra-duadas conforme a gravidade:

I - advertência formal, para infrações leves passíveis de correção ime-diata;

II - multa contratual, aplicável nos casos de reincidência em infração leve ou descumprimento de obrigação financeira, nos termos definidos no instrumento de cessão ou permissão;

III - suspensão temporária, caracterizada pelo impedimento de uso das instalações ou de participação em eventos do Parque;

IV - rescisão contratual e descredenciamento, para infrações graves, inadimplência reiterada ou condutas que atentem contra a moralidade administrativa, implicando a desocupação imediata dos espaços.

§ 1º - Das decisões da Coordenação Executiva que aplicarem pena-lidades caberá recurso ao Conselho Estratégico, no prazo de cinco dias úteis.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não isenta a empresa da obrigação de reparar eventuais danos causados ao pa-trimônio da UENF.

Art. 17 - As infrações cometidas por servidores públicos, docentes e técnicos, ou discentes da UENF no âmbito do PARTEC Agro não en-sejam a aplicação direta de penalidades pela Coordenação do Par-que, devendo ser tratadas da seguinte forma:

I - a Coordenação Executiva elaborará relatório circunstanciado dos fatos;

II - o relatório será encaminhado à autoridade competente, seja a Rei-toria, a Direção de Centro ou a Chefia Imediata, para a instauração do devido processo disciplinar, por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos do Regime Jurídico Único e do Estatuto da UENF;

III - tratando-se de discente, o caso será remetido às instâncias pre-vistas no Regimento Geral da UENF para aplicação do regime dis-ciplinar discente.

CAPÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 - As questões relativas à Propriedade Intelectual decorrentes de projetos desenvolvidos no PARTEC Agro reger-se-ão pela Política de Inovação da UENF, respeitadas as disposições da Lei nº 10.973, de 2004, e os acordos de parceria firmados caso a caso.

Art. 19 - A permanência de empresas no PARTEC Agro não gera, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre a UENF e os sócios, em-pregados ou colaboradores das empresas residentes, sendo de exclu-siva responsabilidade destas o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e tributária.

Art. 20 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Reitoria, ouvido o Conselho Estratégico, e, em última instância, pelo Conselho Universitário.

Art. 21 - Este Regulamento poderá ser revisto a qualquer tempo pelo Conselho Universitário, mediante proposta do Conselho Estratégico ou da Reitoria, visando ao aprimoramento das atividades do Parque.

Id: 2701551

Secretaria de Estado de  
Transporte e Mobilidade Urbana

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE  
E MOBILIDADE URBANA

ATO DOS SECRETÁRIOS E DO SUBSECRETÁRIO

RESOLUÇÃO CONJUNTA SETRAM/SECC/SUBCOM Nº 222  
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO  
ORÇAMENTÁRIO NA FORMA A SEGUIR ES-  
PECIFICADA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA, O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, E O SUB-SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PUBLICIDADE DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, de acordo com a Lei Estadual Nº 10.461, de 17 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2025, a Lei nº 10.665, de 14 de janeiro de 2025, que estima receita e fixa a des-pesa para o exercício financeiro de 2025, o Decreto nº 49.509, de 14 de fevereiro de 2025, que estabelece normas complementares de pro-gramação e execução orçamentária, financeira e contábil para o exer-cício de 2025, o Decreto nº 46.550, de 01 de janeiro de 2019, que Estabelece Diretrizes da Política de Comunicação Social, e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentra-lização da Execução de Créditos Orçamentários, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI-100001/000171/2025

RESOLVEM:

**Art. 1º** - Descentralizar a execução de crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

**I - OBJETO:** Prestação de serviços de publicidade e propaganda, pa-ra publicação de Matéria Legal de interesse do Órgão.

**II - VIGÊNCIA:** Esta Resolução terá vigência de 25/11/2025 até 31/12/2025.

**III - DE/Concedente:** 3101 - Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana